

AJUDA EXTERNA: UM ASPECTO DO RELACIONAMENTO BRASIL-JAPÃO

Alexandre Ratsuo Uehara

Introdução

O Japão, a segunda maior economia do mundo e o principal país credor, vem emergindo como um dos principais atores do cenário internacional. Além do seu destacado sucesso econômico a partir de fins da década de 1980, um outro aspecto da sua participação internacional, que tem adquirido maior notoriedade, é a sua política de ajuda oficial de desenvolvimento.

Em 1989, pela primeira vez, segundo dados do Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento (DAC), o fluxo de ajuda externa japonesa para os países em desenvolvimento superou o americano, colocando o Japão no primeiro lugar do *ranking* dos maiores fornecedores desse tipo de recurso. Com esse resultado, pela primeira vez, desde o final da Segunda Guerra Mundial, os EUA foram suplantados por outro país.

Tema pouco estudado até o momento, desperta interesse pois o Brasil, um dos primeiros países beneficiados pela ajuda externa japonesa no período do segundo pós-guerra, tem hoje o Japão como um dos seus principais fornecedores de ajuda externa.

1. A Ajuda Externa Japonesa e a América Latina

A América Latina tem, atualmente, mais de um milhão de descendentes de japoneses, fato apontado, algumas vezes, como elemento gerador de ligação especial entre o Japão e países dessa região, sobretudo Brasil, Paraguai e Peru. Dentre os três, o Brasil destaca-se por possuir a maior população de descendentes japoneses. Entre-

tanto, são os países asiáticos que se mantêm na prioridade da ajuda oficial japonesa. Segundo Farmer, “a ajuda oficial para a América Latina aparece em 1973 como parte da globalização da ajuda para lidar com problemas de garantia de recursos, decorrente da primeira crise do petróleo” (Farmer, 1990:329).

Essa crise “levou o Japão a uma era de ‘diplomacia de recursos’ – *resource diplomacy* – na qual Tóquio promoveu relações com países que possuíam recursos naturais em abundância, fora da Ásia, como os do Oriente Médio e outros. Conseqüentemente, durante essa década, o governo adotou sua política 7-1-1-1, no qual o objetivo era ter 70% da sua ajuda para a Ásia, e o restante dividido entre o Oriente Médio, a África e a América Latina” (LAIS, 1990:12). Portanto, com essa divisão, percebe-se que, apesar da ampliação na distribuição geográfica da ajuda oficial, a proporção de recursos direcionados para a América Latina permaneceu baixa. Dados mais recentes (Tabela 1) mostram que, somente a partir da década de 1990, a ajuda para a América Latina chegou a índices próximos aos 10% previstos pela política 7-1-1-1. Segundo o Relatório do Serviço de Informação da América Latina (LAIS, 1990), dois fatores contribuem para a manutenção desse quadro de distribuição: primeiro é o fato do Japão preferir lançar os seus recursos nos países mais pobres, e a média salarial na América Latina ser mais alta que na Ásia e na África. Segundo, tanto política como economicamente, a Ásia permanece prioritária para o governo japonês.

A ajuda oficial japonesa para a América Latina começou em 1973, mas Farmer (1990) aponta que a ajuda externa para essa região iniciou bem antes. Nos anos de 1959 e 1961 ocorreram os primeiros empréstimos, respectivamente, para o Paraguai e para o Brasil, fornecidos pelo Banco de Importação e Exportação (Eximbank) do Japão. Segundo Farmer (1990), com essa iniciativa, o governo incentivou a vinda de recursos privados – Investimento Direto Estrangeiro (IDE) – para a América Latina, que, durante a década de 1960, estava entre as três maiores regiões receptoras de IDE japonês, depois da América do Norte e Ásia. O interesse japonês na América Latina concentrava-se no suprimento de matérias-primas, como o cobre peruano e o minério de ferro brasileiro. Entretanto, havia também a expectativa de que esses países servissem para ampliar o mercado para os produtos finais das empresas japonesas.

Na década de 1970, com as crises do petróleo, a América Latina passou a fornecer também o petróleo, por meio do México e Venezuela, além do minério de ferro, alumínio, cobre, algodão, zinco e chumbo. Com isso, os recursos provenientes de ajuda externa japonesa foram direcionados, basicamente, para as atividades de extração. Entretanto, já em fins da década de 1970, houve uma mudança na política da ajuda oficial do Japão para a região, e os países que, até então, concentravam os recursos da ajuda – Brasil, México e Peru – passaram a perder espaço para países com um nível de renda *per capita* menor como Equador, Paraguai, Chile e Bolívia. Nestes novos países, os recursos eram utilizados para estimular a produção de alimentos e da pesca. E posteriormente, a partir de 1983, passaram a ser fornecidas para a Bolívia e Paraguai ajudas com propósitos humanitários.

Tabela 1*Distribuição Geográfica da ODA Bilateral
(milhões de dólares)*

Ano	1975		1980		1985		1990		1991		1992	
Região	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
Ásia	638	(75,0)	1.383	(70,5)	1.732	(67,8)	4.117	(59,3)	4.521	(51,0)	5.524	(65,1)
Nordeste	76	(8,9)	82	(4,2)	392	(15,3)	835	(12,0)	713	(8,0)	1.166	(13,7)
Sudeste	426	(50,1)	861	(44,0)	962	(37,6)	2.379	(34,3)	2.263	(25,5)	3.361	(39,6)
ASEAN	380	(44,7)	703	(35,9)	800	(31,3)	2.299	(33,1)	2.149	(24,2)	2.978	(35,1)
Sudoeste	133	(15,0)	435	(22,2)	375	(14,7)	898	(12,9)	1.543	(17,4)	989	(11,7)
Outros	3	(3,9)	5	(0,3)	3	(0,1)	4	(0,0)	2	(0,0)	9	(0,1)
Oriente Médio	90	(10,6)	204	(10,4)	201	(7,9)	705	(10,2)	1.807	(20,4)	364	(4,3)
África	59	(6,9)	233	(11,4)	252	(9,9)	792	(11,4)	910	(10,3)	859	(10,1)
Am. Central e do Sul	47	(5,6)	118	(6,0)	225	(8,8)	561	(8,1)	846	(9,5)	772	(9,1)
Oceania	5	(0,6)	12	(0,6)	24	(0,9)	114	(1,6)	111	(1,3)	166	(2,0)
Europa	0	(0)	1,5	(-)	1	(0,0)	158	(2,3)	14	(0,2)	103	(1,2)
Leste Europeu							153	(2,2)	10	(0,1)	99	(0,1)
Indefinido	11	(1,3)	23	(1,2)	122	(4,8)	494	(7,1)	663	(7,5)	696	(8,2)

Notas: 1. Os valores mostrados entre parênteses representam a porcentagem em relação à ODA total.

2. A partir de 1990, o total inclui a Europa Ocidental.

Fonte: Ministry of Foreign Affairs. *Japan's ODA: Annual Report*. Tokyo: APIC, 1993, p. 98.

Todavia, apesar das mudanças na política da ajuda oficial, o interesse econômico japonês ainda é apontado como um fator importante para os fluxos de ajuda para a região. Além dos recursos naturais locais abundantes, o relatório do Serviço Latino-Americano de Informações destaca o caso do México, que “serve como um local a partir do qual (o Japão) pode melhorar a sua participação no mercado dos EUA” (LAIS, 1990:17). Por outro lado, o mesmo relatório apresenta uma declaração

de um oficial do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre as razões da política da ajuda, onde ele afirma: “a América Latina é importante para os EUA. Nosso pensamento era ajudar os EUA, ajudando a América Latina” (LAIS, 1990:17). Com esta declaração pode-se verificar a tentativa japonesa de evitar a conexão da sua ajuda com interesses comerciais próprios.

No entanto, é difícil negar essa relação, segundo declaração de Nogami, funcionário do Eximbank do Japão: “os investidores privados têm sido relutantes quanto ao envolvimento com a América Latina, em função da falta de confiança (mas) o Japão pode dar ajuda governo-governo para encorajar ajustes estruturais dentro da América Latina, dando ao setor privado maior vontade de investir na região” (Lais, 1990:28). Na realidade, a relação entre os fluxos de capitais privados e públicos está presente, também, em outras regiões onde há ajuda externa japonesa. Mesmo nos países asiáticos, o governo japonês tem utilizado a estratégia de melhorar a infra-estrutura dos países receptores com recursos de ajuda, a fim de preparar o país para a entrada de recursos privados.

2. A Ajuda Externa Japonesa para o Brasil

Em 18 de junho de 1908 chegava no porto de Santos, em São Paulo, os primeiros imigrantes japoneses, vindos no navio Kasato Maru, iniciando, oficialmente, a imigração japonesa no Brasil. Entretanto, as relações oficiais nipo-brasileiras tiveram início alguns anos antes, mais precisamente em 1895, quando a 5 de novembro foi assinado, em Paris, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão.

Segundo Amorim (1991), o interesse no Brasil surgiu no final do século XIX, após a Revolução Meiji, quando os interesses japoneses foram expandidos para além dos limites da chamada, hoje, Ásia-Pacífico, alcançando inclusive o Brasil, que fora incluído nessa nova área de interesse. Com isto, em 1894, surgiram recomendações para o “envio de imigrantes ao Brasil; no entanto, entendimentos imperfeitos, a nível governamental, ocasionaram o fracasso em duas tentativas de implementação do fluxo migratório” (Amorim, 1991:9), mas sua concretização só ocorreu em 1908.

De acordo com Nogueira, foram diversas as dificuldades até a chegada dos primeiros imigrantes japoneses. Segundo ele, “a imigração teve [...] de vencer uma série de obstáculos, no Brasil e no Japão, impostos pela opinião pública, pela imprensa e pelos órgãos governamentais que se manifestaram muitas vezes contrários a esse movimento por razões diversas. Isto tudo, afora as limitações impostas por leis e decretos promulgados tanto a nível federal quanto estadual” (Nogueira, 1992:55).

A partir da chegada do Kasato Maru, até a Segunda Guerra Mundial, as relações nipo-brasileiras foram restritas, limitando-se, basicamente, à vinda de novos imigrantes. Com a eclosão da guerra, as relações Brasil-Japão foram interrompi-

das. Contudo, como bem coloca Amorim, não “por agressão mútua, como no caso germânico-brasileiro, mas pela via indireta, (pelo fato) de os Estados Unidos já estarem em guerra com os japoneses e o Brasil se situar na área primária da influência de Washington” (Amorim, 1991:11). O reatamento das relações ocorreu em 1952, depois da assinatura do Tratado de Paz de São Francisco, período em que fatores econômicos passam a adquirir maior importância nas relações Brasil-Japão.

O primeiro fluxo de ajuda externa japonesa recebida pelo Brasil ocorreu em 1961, como já mencionado anteriormente, fazendo do País um dos primeiros receptores de empréstimos do Japão, no período pós-1945. Em outubro de 1962, iniciou-se o projeto da Usina Siderúrgica de Minas Gerais, para a produção de 3,5 milhões de toneladas de aço por ano. Este projeto foi desenvolvido segundo o esquema de investimento equivalente, ou seja, houve a participação de capital do governo japonês, por meio do OECF, e de capital brasileiro. Posteriormente, nos anos que se seguiram até 1973, ocorreram novos fluxos de empréstimos, e ao final deste período (1962-73), o Brasil acumulava o quinto maior volume de empréstimos¹ fornecidos pelo Japão, e, paralelamente, expandia o número de empresas japonesas no País.

Entre 1957 e 62, aconteceu o primeiro *boom* da entrada de empresas nipônicas no Brasil, no pós-guerra. Começou com a Indústria de Pesca Taiyo, com sede em Santos, seguida da *joint venture* Usiminas, Ishikawajima, Howa, Toyobo, Kanebo, Kurabo, Canetas Pilot, Ajinomoto, Nippon Reizo, Yanmar Diesel, Kubota Tekko e outras indústrias e empresas do setor comercial e financeiro (Nakasumi, 1992:431).

No início da década de 1970, com a mudança da política de ajuda externa japonesa para a América Latina, já mencionada no item anterior, esses recursos começam a ser direcionados a outros países, não mais para o Brasil. Por outro lado, a partir de 1973, cresce o número de instalação de empresas japonesas no Brasil, realizando grandes projetos mistos de cooperação entre setores do governo e iniciativa privada. Em 1974, durante a visita ao Brasil, o Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka “promete ao Presidente Ernesto Geisel cooperação do Japão em várias categorias, incluindo desenvolvimento de energia hidrelétrica para projetos de produção de alumínio no Amazonas, projetos de (fabricação de) papel e celulose, projetos agrícolas e de pesca” (Hollerman, 1988:51).

1. No período de 1962-1973, os empréstimos provenientes do Japão tiveram uma elevação do seu índice médio de *grant-element* de 17,52 para 42,65%. Entretanto, os empréstimos direcionados ao Brasil mantiveram uma média de *grant-element* igual a 17,22%, abaixo do índice mínimo exigido (25%) para que um recurso seja considerado ajuda oficial de desenvolvimento – ODA. O *grant-element* é um índice que aponta quanto um recurso é subsidiado, podendo variar de zero a 100%. Uma ajuda com um índice igual 100% é isenta de devolução, ou seja, é uma doação. Nos demais casos os fluxos de recursos são considerados empréstimos. Entretanto, diferem-se dos empréstimos comerciais por serem subsidiados, sendo que, quanto maior for o valor do índice, mais leves serão as condições da sua devolução. Para que um empréstimo seja considerado ajuda oficial de desenvolvimento (ODA), o Comitê de Ajuda de Desenvolvimento, organismo internacional que serve de fórum de discussão sobre ajuda externa, estabeleceu, em 1969, o índice mínimo de 25%.

Tabela 2

*Lista dos Oito Primeiros Países com Maior Montante de Empréstimos
Japoneses Acumulados até Novembro de 1973
(milhões de dólares)*

<i>País</i>	<i>Total</i>
Indonésia	1.055,00
Índia	802,90
Coréia do Sul	413,50
Paquistão	323,50
Brasil	322,50
Tailândia	267,80
Filipinas	180,40
Taiwan	176,20

Fonte: Tsusansho, Keizai Kyoryoku no Genjo to Mondai-ten, 1973, p. 168. In: Sukehiro Hasegawa, Japanese Foreign Aid: Policy and Practice, New York, 1975, p. 64.

Nessas promessas incluía-se o projeto de desenvolvimento do cerrado, que foi aceito e teve continuidade com a assinatura do protocolo do programa global de cooperação econômica, durante uma viagem do Presidente Geisel ao Japão, em 1976. A negociação dos termos do projeto duraram praticamente quatro anos. Com isso, sua implementação foi iniciada somente em novembro de 1978, com a criação da Campo (Companhia de Promoção Agrícola), instituição que ficou responsável pela execução do acordo.

Para o sustento financeiro da Campo foram criadas duas empresas de investimentos: a Brasagro, empresa brasileira, criada com a participação de 44 entidades, entre as quais o Banco do Brasil e o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, e outra japonesa, a Jadeco. O desenvolvimento do projeto foi planejado pelo Ministério da Agricultura do Brasil, e deveria ser realizado em etapas: a primeira, *Prodecer I*, executada em Minas Gerais, contou com uma área de 58,7 mil hectares, envolvendo 50 milhões de dólares – 49% fornecido pela Jadeco e 51% pela Brasagro, foi concluída em 1982. A segunda, *Prodecer II*, iniciou-se em 1985, e em razão do sucesso obtido na primeira etapa, ampliou-se em três vezes a área para execução do projeto, passando a envolver uma área de 190 mil hectares e um orçamento de 300 milhões de dólares, divididos entre os dois governos.

Além desse projeto, durante a visita do Presidente Geisel ao Japão, o Primeiro-Ministro Takeo Miki, com um montante de 3 bilhões de dólares, comprometeu-se com a “construção de uma usina (de beneficiamento) de alumínio em Belém, [...] ajudar a construção do primeiro estágio da Usina Siderúrgica de Tubarão, cooperação no projeto para construir um porto na Praia Mole, apoio para o projeto de suprimento

de papel e celulose para Cenibra e Flonibra, ajuda ao projeto de expansão da Usiminas, e ajuda para exploração de jazidas de ferro brasileiras, como a de Capanema, e apoio para a Nibrasco, *joint venture* para exportação de ferro para o Japão” (Hollerman, 1988:51).

Durante a década de 1980, ou mais precisamente, no período de 1982-1992, dentre os tipos de ajuda oficial japonesa, destacam-se as doações feitas na forma de cooperação técnica, que têm mantido uma tendência de crescimento constante, triplicando o valor nesse período, passando de 14,60 milhões para 46,59 milhões de dólares. Entretanto, as doações em espécie têm permanecido zeradas, com exceção do ano de 1988, em virtude dos critérios estabelecidos pelo Japão de restringi-las apenas aos países de baixa renda. De fato, o Brasil em nenhum momento recebeu grandes somas de doações em espécie. Isto fica evidente na Tabela 3, na qual nota-se que, do montante total de 139,6 milhões de dólares recebidos como ajuda do Japão, entre os anos de 1960-1980, apenas 2 milhões de dólares foram doações em espécie.

As restrições para um país receber recursos por meio de ajuda oficial não se limitam apenas às doações; de modo geral, os países com renda *per capita* superior a 1 700 dólares estão desqualificados para receber qualquer tipo de ajuda do Japão. Com isso, muitos países latino-americanos, inclusive o Brasil, que em 1991, tinham uma renda *per capita* de 2 940 dólares, teriam vetadas as possibilidades de receberem ajuda japonesa. No entanto, outro critério que qualifica os países com dívidas externas elevadas, cujos pagamentos do serviço são iguais ou superiores a 25% do total das suas exportações, torna-os qualificados para receber aqueles recursos.

Para o Brasil, segundo Hollerman, a ajuda oficial japonesa tem particular significado, especialmente pela cooperação técnica², pois apesar de não figurar entre os maiores montantes fornecidos pelo Japão, “a transferência de tecnologia (japonesa) é de extrema importância para o Brasil, como avanço na fabricação de produtos intermediários por meio de tecnologias mais sofisticadas” (Hollerman, 1988:108). Além disso, mesmo que a proporção da ajuda técnica/ODA japonesa (12,5%) esteja abaixo da média dos demais membros do DAC (21,8%), há de se notar, durante o período de 1982-1992, um crescimento na cooperação entre o Brasil e o Japão.

Hollerman (1988) chama a atenção também para o fato de que, nos anos que antecederam a 1980, nenhum outro país da América Latina recebeu tanta ajuda técnica quanto o Brasil, mostrando a preferência do Japão pelo País. Comparando os dados de 1992, verifica-se que tal quadro ainda se mantém: nesse ano, o Brasil recebeu 17,21% do total da cooperação técnica japonesa para a região, vindo em segundo lugar o México com 12,23%. Em valores absolutos também pode-se notar a vantagem do Brasil em relação aos demais países. Em 1992, o Brasil recebia 46,59 milhões de

2. A cooperação técnica entre o Brasil e o Japão é regulada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em 22 de setembro de 1970.

dólares, enquanto o segundo colocado – o México – 33,12 milhões de dólares. O Brasil já apresentava em 1988 cifras superiores às do México, ou seja, 34,62 milhões de dólares.

Tabela 3

*A ODA Japonesa para o Brasil
(milhões de dólares)*

Ano	Doações			Empréstimos	Total
	Doação	Coop. Técnica	Total		
1960-1980	2,00	48,40	50,30	89,30	139,60
1981	0,00	16,10	16,10	15,30	31,40
1982	0,00	14,60	14,60	35,80	50,50
1983	0,00	14,60	14,60	12,50	27,10
1984	0,00	15,80	15,80	19,90	35,60
1985	0,00	15,70	15,70	24,91	40,61
1986	0,00	23,86	23,86	8,43	32,29
1987	0,00	27,12	27,12	54,98	82,10
1988	0,19	34,62	34,81	31,55	66,35
1989	0,00	37,22	37,22	86,95	124,17
1990	0,00	37,96	37,96	26,70	64,66
1991	0,00	45,20	45,20	-5,85	39,35
1992	0,00	46,59	46,59	16,76	63,35

Fontes: Leo Hollerman, *Japan's Economic Strategy in Brazil: Challenge for the United States*, Toronto, Lexington, 1988. 284 p.

Ministry of Foreign Affairs. *Japan's ODA: Annual Report*. Tokyo, APIC (vários exemplares).

Segundo dados apresentados pela JICA, em um boletim interno³ de 1992, esta instituição estava desenvolvendo vinte e dois projetos no Brasil, dentre os quais, nove eram classificados como Projeto-Tipo, que envolve o treinamento de pessoal no Japão, vinda de peritos para o Brasil e a doação de equipamentos. Em resumo, pode-se afirmar que a cooperação técnica Brasil-Japão tem mostrado uma tendência constante de crescimento, abrangendo diversas áreas (médicas, tecnológicas, ambientais, industriais, entre outros) não tem privilegiado um setor específico.

3. Este material foi conseguido durante uma entrevista realizada com Yasuo Fukai, funcionário do Departamento de Planejamento da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), em 24 de novembro de 1993.

Quadro 1

Atividades da JICA no Brasil (1992)

Projeto-Tipo	Início	Fim
1. Centro de Imunologia da Universidade Federal de Pernambuco	1984	1992
2. Projeto de Cooperação de Pesquisa Agrícola Japão-Brasil	1987	1992
3. Projeto de Pesquisa de Vegetais Japão-Brasil	1987	1992
4. Centro de Automação de Fabricação SENAI/SP	1990	1995
5. Projeto de Cooperação de Pesquisa Agrícola na Amazônia	1990	1995
6. Centro de Pesquisa e Diagnose Gastroenteriológica do Estado (Universidade de Campinas)	1990	1995
7. Centro de Treinamento para Controle de Poluição em Mananciais	1990	1995
<i>Novos Projetos</i>		
1. Projeto de Capacitação Tecnológica em Materiais	1992	1997
2. Projeto de Pesquisa e Conservação do Meio Ambiente e Florestas no Estado de São Paulo	1993	1998

Fonte: Boletim Interno da JICA, 1992.

Os empréstimos, entretanto, em oposição à cooperação técnica, caracterizam-se por sua inconstância, mas mostram mais claramente quais são os setores priorizados. Observando o Quadro 1 verifica-se que, durante os períodos de 1982-1992, houve grandes variações no montante de empréstimos destinados ao Brasil. Mas, se considerarmos para quais setores são direcionados, é possível dividi-los em dois grandes grupos: infra-estrutura e meio ambiente. Os anos de 1989 a 1992 exemplificam a ênfase que a política japonesa tem dado nessas áreas, pois os sete últimos empréstimos feitos para o Brasil (veja Quadro 2), enquadram-se em um ou outro desses grupos.

Quadro 2

Projetos Desenvolvidos com Ajuda Japonesa

Ano	Empréstimo de Ajuda
1989	<ul style="list-style-type: none">• Projeto de Irrigação do Nordeste• Projeto de Irrigação do Jaiba• Projeto de Eletrificação Rural do Estado de Goiás• Projeto de Desenvolvimento do Porto de Santos
1990	<ul style="list-style-type: none">• -
1991	<ul style="list-style-type: none">• -
1992	<ul style="list-style-type: none">• Projeto da Construção de um Sistema de Esgoto na Baía da Guanabara• Projeto de Despoluição da Bacia do Rio Tiête• Projeto de Construção de uma Estação de Tratamento de Lixo Sólido da Área Metropolitana de São Paulo

Fonte: Ministry of Foreign Affairs. *Japan's ODA: Annual Report*. Tokyo, APIC, 1993, p. 344.

Os recursos para os projetos de 1989 foram solicitados pelo Presidente José Sarney, durante sua viagem ao Japão, nesse mesmo ano, para participar do funeral do Imperador Hiroito. Resultante dessa solicitação, foi oferecido ao Brasil empréstimos por meio do OECF e do Eximbank, que são diferenciados entre si pelos termos de contrato. Estes empréstimos exemplificam o padrão japonês de fornecimento de ajuda, baseado na apresentação de pedidos e de projetos, pois todo recurso foi dividido entre quatorze projetos, a maioria deles relacionados com o setor de transporte e de energia. Dentre eles, os sete maiores são:

- a) projeto de construção de uma usina termoeétrica em Paulínia, São Paulo;
- b) projeto de modernização do sistema de rodovias metropolitanas de Fortaleza;
- c) empréstimos para o financiamento de comércio e operações bancárias;
- d) projeto de duplicação da linha de transmissão elétrica entre Tucuruí e Albrás – *joint venture* entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Nippon Amazon de Alumínio (subsidiária japonesa);
- e) projeto de modernização do porto de Santos;
- f) projeto de eletrificação da zona rural de Goiás;
- g) projetos de irrigação do Nordeste.

Dentre estes, apenas os três últimos, mencionados também no relatório anual do MRE, receberam ajuda por meio do OECF e, portanto, são contabilizados como

parte da ajuda oficial japonesa para o Brasil. Os demais receberam recursos por meio do Eximbank do Japão, empréstimos fornecidos fora da classificação de ajuda oficial – ODA – feita pelo DAC/OECD.

Os recursos para os projetos de 1992 foram anunciados durante a Conferência do Rio. O governo japonês anunciou o “empréstimo do Banco de Importação e Exportação do Japão, totalizando 300 milhões de dólares para apoiar a melhoria do meio ambiente e a reforma econômica do Brasil. O Japão anunciou também sua intenção de prover empréstimos em ienes, totalizando aproximadamente 780 milhões para três projetos, nominalmente: o ‘Projeto de Construção de um Sistema de Esgoto na Baía da Guanabara’, ‘Projeto de Despoluição da Bacia do Rio Tiête’, e ‘Projeto de Construção de uma Estação de Tratamento de Lixo Sólido da Área Metropolitana de São Paulo’ ” (MOFA, 1992b:296).

Os últimos empréstimos fornecidos ao Brasil refletem a ênfase da política da ajuda japonesa em relação às questões de meio ambiente. Existe uma tendência geral no Japão de promover atividades de cooperação nesse campo, em função das preocupações mundiais sobre o tema. Já em 1991, no relatório publicado pela JICA⁴, especificamente sobre o Brasil, o meio ambiente aparecia entre as três áreas de prioridades na relação de cooperação Brasil-Japão. “A ajuda de desenvolvimento deve ser fornecida baseada no reconhecimento de que as coisas particularmente importantes para o relacionamento entre o Brasil e o Japão são: (1) a modernização e desenvolvimento sustentável da economia; (2) políticas direcionadas para a pobreza (saúde, assistência médica e desenvolvimento de recursos humanos) e (3) cooperação (em questões) de meio ambiente” (JICA, 1991:9).

Finalmente, deve-se chamar a atenção para o fato de que, nos últimos anos, o Japão tem estado entre os maiores fornecedores de ajuda ao Brasil, ficando em primeiro lugar em 1988 (34,5%), 1989 (64,2%), 1990 (45,7%) e em segundo em 1991 e 1992. Neste último ano ficou atrás apenas da Alemanha, que contribuiu com 32,7% do total da ODA recebida pelo Brasil, enquanto o Japão com 23,9%.

2.1. Problemas na Relação de Ajuda Brasil-Japão:

A relação de ajuda Brasil-Japão, iniciada na década de 1960, apresenta problemas que dificultam o desenvolvimento dos projetos de cooperação, e nesta seção alguns deles serão discutidos, começando com uma declaração de um diretor do MRE, citado por Hollerman (1988). Segundo esse diretor, um dos problemas enfrentados pelo Japão em relação aos países da América Latina, e ao Brasil em especial, naquele período, era o forte nacionalismo. “Os países da América Latina são os mais nacionalistas de todos os países aos quais o Japão fornece ajuda. [...] O Brasil tem uma posição muito nacionalista para receber ajuda. Ele possui várias regras para dar vantagens às firmas brasileiras

4. Este estudo realizado sob a responsabilidade da JICA, em colaboração com o Instituto para Cooperação Internacional, enquadra-se no conjunto de trabalhos realizados nos mesmos moldes, abrangendo diferentes países. Estes trabalhos, segundo a JICA, têm a finalidade de recolher informações sobre os países recebedores, espalhados pelo mundo, com o fim de se conseguir produzir melhores resultados com os recursos utilizados.

e não às companhias estrangeiras [...] Eles se sentem inseguros, e referem-se a uma ‘invasão japonesa’ Nós temos mais programas no Brasil do que na maioria dos outros lugares, portanto, temos mais problemas lá. Mas os problemas não significam que nossas relações com o Brasil são piores do que em outros lugares” (Hollerman, 1988:110).

Essa declaração, feita em 1982, mostra, na perspectiva japonesa, um dos problemas da relação Brasil-Japão no campo da ajuda externa. Contudo, atualmente, isso não é mais apontado como um problema. Outros vieram substituí-lo, e alguns deles foram apontados nas entrevistas realizadas no segundo semestre de 1993. Uma dessas dificuldades apontadas por Yasuo Fukai⁵ – Departamento de Planejamento da JICA – está relacionada com a forma de apresentação dos pedidos de ajuda. Uma das recomendações feitas pelo governo japonês aos países que solicitam ajuda é a classificação dos projetos por ordem de prioridade. Entretanto, de acordo com Fukai: “O principal problema na relação com o Brasil é o fato de não apresentarem os pedidos de ajuda sob um critério de prioridade. E como resultado deste fato, o Japão tem de decidir com seus critérios quais deverão ser executados, segundo a nossa prioridade”

Ao comentar sobre a falta de priorização dos projetos, Fukai entende que a causa deste problema está na força das unidades federativas, ou seja, dos Estados. Em sua opinião, os Estados conseguem impor seus pedidos ao governo federal, que, sem força ou sem interesse em classificá-los, enviam para o Japão sem nenhuma qualificação. Outro problema, apontado por Fukai, ocorre no momento da execução do projeto, pois, segundo ele, os parceiros brasileiros, sejam federais ou estaduais, por vezes, não apresentam recursos suficientes para arcar com as despesas locais, prejudicando o desenvolvimento do projeto. O governo japonês, geralmente, não fornece recursos para cobrir os custos locais, e mesmo quando o faz é em termos parciais, sendo que o limite máximo é de 30% do montante total destinado ao projeto.

3. Perspectivas

Depois de apresentar um quadro de como tem sido a política da ajuda externa japonesa para o Brasil, é possível também tentar alinhar algumas das possibilidades que se abrem para o País, no futuro. E este interesse não é algo fortuito, mas deriva do fato do Japão ser hoje um dos principais países credores do Brasil, como foi mostrado no final do item 2.

De acordo com o que foi visto anteriormente, a política geral de ajuda oficial (ODA) do Japão esteve muito ligada aos seus interesses econômicos, como no caso do suprimento de matérias-primas, que influenciou a vinda de ajudas oficiais para o Brasil na década de 1970. Entretanto, com os avanços tecnológicos ocorridos nos últimos anos, a importância das matérias-primas diminuiu e, conseqüentemente, o interesse japonês por esses produtos, entre os quais estão os brasileiros, também.

5. Estes comentários foram obtidos em entrevista realizada em 24 de novembro de 1993, no prédio da própria JICA em Tóquio.

Com isto se recoloca um problema que não é recente, mas que vem se arrastando por toda história do relacionamento Brasil-Japão, que é descobrir como melhorá-lo. Voltando ao caso específico da ajuda oficial, viu-se, anteriormente, que os recursos de ajuda são geralmente fornecidos quando os países apresentam projetos, demonstrando empenho na superação de suas dificuldades. É importante definir claramente os fins a serem alcançados. Não é suficiente, portanto, expressar apenas uma vontade de intensificar as relações com o Japão. Em outras palavras, é necessário que as propostas brasileiras demonstrem a exequibilidade do projeto de desenvolvimento a ser realizado.

Nesse sentido, pode-se perceber, pelas publicações oficiais, que para o governo japonês a superação das dificuldades e o desenvolvimento econômico sustentado dependem do estabelecimento de infra-estruturas econômicas e sociais que permitam realizá-las. Por isso, o Brasil poderá receber novos fluxos de recursos nessa área. Os últimos projetos financiados pelo Japão apontam para essa possibilidade, pois podem ser divididos em dois amplos grupos: um voltado para o setor de infra-estrutura (setores de transporte, comunicações, energia), e o outro, direcionado para questões de meio ambiente. Neste grupo de projetos estão os compromissos assinados, durante a Conferência do Rio, em 1992, como pôde ser visto também no Quadro 1.

Ainda em relação ao desenvolvimento sustentado, segundo o relatório da JICA, a ajuda japonesa pode ocorrer por meio do desenvolvimento de projetos conjuntos entre os dois países, nos quais o Japão participa enviando técnicos qualificados para a orientação dos planos. “Outra forma indicada para a cooperação técnica é o repasse de tecnologia, uma vez que o Japão, em particular, pode [...] transferir moderna e avançada tecnologia industrial e técnicas de controle de qualidade, que têm sido desenvolvidas utilizando a experiência acumulada [...]” (JICA, 1991:10). Em certo sentido, as atividades de cooperação tecnológica, apontadas no item 1, têm servido exatamente para realizar os propósitos da política da ajuda, visando um desenvolvimento sustentado no Brasil.

Segundo dados apresentados pela JICA, em um boletim interno⁶ de 1992, o Brasil contava com vinte e dois projetos em andamento, dentre os quais nove terminariam em 1992, quatro em 1993, três em 1994, outros quatro em 1995 e um em 1997. Além desses, o boletim pressupunha ainda o início de um outro projeto para o ano de 1993 com o fim previsto para 1998.

Como pode-se ver existe, ainda que em pequena escala, uma seqüência de projetos que vêm sendo desenvolvidos. E nos últimos anos, um fator que tem contribuído para a manutenção dessa atenção e interesse japonês sobre o País é a crescente interdependência entre as economias das diversas nações. Isto é exposto também no relatório da JICA, ao apontar que “o Brasil poderá desempenhar um papel significativo no futuro. (Pois) o sucesso na modernização e criação de uma economia estável e sustentada deverá ser relevante, também, para o desenvolvimento e estabilidade da economia internacional” (JICA, 1991:10).

6. Este material foi conseguido durante uma entrevista realizada com Yasuo Fukai, funcionário do Departamento de Planejamento da JICA, em 24 de novembro de 1993.

O outro grupo de projetos presentes na ajuda oficial japonesa para o Brasil, nos últimos anos, refere-se à questão do meio ambiente, tema que faz parte das prioridades apontadas pelo governo japonês na “Carta da Ajuda Oficial de Desenvolvimento”, publicada no *Japan's ODA: Annual Report*, de 1992, e que, portanto, deve ser uma das áreas em que as possibilidades de novos fluxos de recursos são maiores.

Além desses setores que possuem demonstrações mais concretas, de acordo com o relatório apresentado pela JICA, em 1991, as chamadas “necessidades humanas básicas” fazem parte de um outro campo considerado prioritário. No relatório, as prioridades apontadas são “educação, saúde e assistência médica, programa de desenvolvimento integrado da zona rural, e a melhoria da infra-estrutura para o Norte e Nordeste com o objetivo de ajudar a combater as disparidades regionais. E, ao mesmo tempo, deve-se dar profunda atenção sobre os impactos sobre o meio ambiente” (JICA, 1991:6).

Na área da saúde, o Japão tem procurado desenvolver as atividades de ajuda não em regiões distantes, mas em locais que apresentam já uma certa estrutura. Segundo a estratégia defendida por essa política, é necessário que se desenvolva e melhore, primeiramente, os centros já em funcionamento, para depois se pensar na expansão dos serviços de saúde. Assim, com esse objetivo, o programa de cooperação na saúde tem treinado especialistas para participar do desenvolvimento, organização e administração de um sistema descentralizado de serviço médico.

Um outro aspecto que favoreceria a expansão da cooperação de ajuda externa Brasil-Japão está relacionado não apenas com os resultados e a eficiência dos projetos já assumidos, mas com a possibilidade da criação de uma colaboração mais abrangente que gere perspectivas de um ciclo de projetos. Nesse sentido, “com vista a possibilitar uma racionalização nos procedimentos de identificação e seleção de propostas e respectivo encaminhamento e aprovação pelo Governo do Japão, considerando-se que esse procedimento vinha se mostrando com certo grau de complexidade e de excessiva demora, foi negociado com o Governo japonês uma nova metodologia de trabalho, denominada programação conjunta, baseada na execução conjunta da identificação do projeto pelo lado japonês e brasileiro” (ABC, 1992:9). Segundo o documento publicado em conjunto pelo Brasil (ABC⁷) e pelo Japão (JICA), o primeiro tema programado a ser abordado por essa nova metodologia é o do meio ambiente, a ser seguida pela saúde, agricultura e indústria.

A cooperação japonesa nas questões de meio ambiente, que envolvem a preservação de áreas naturais – florestas e rios –, controle da poluição da água, ar e solo, causada pela urbanização e industrialização, pode ocorrer por meio da transferência de tecnologia e *know-how*, que o Japão adquiriu com a sua própria experiência nesses campos. O objetivo desta cooperação é garantir a exploração dos recursos de áreas,

7. A ABC (Agência Brasileira de Cooperação) “foi fundada em 1987, como uma autarquia da Fundação Alexandre de Gusmão e encontra-se hoje diretamente vinculada à Subsecretaria Geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior, articulando-se com as demais áreas afins dentro da estrutura do Ministério das Relações Exteriores, particularmente com o Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (DCT)” (ABC, 1992:1).

como a Amazônia, sem ameaçá-las, e o desenvolvimento de áreas urbanas sem degradação do meio ambiente.

A melhoria das condições de vida e preservação do meio ambiente urbano poderia ocorrer por meio de um planejamento abrangente, que desenvolvesse as áreas rurais e, desta forma, contivesse a migração da sua população para os centros urbanos. Pois muitas vezes esses migrantes deslocam-se para as cidades, mas não conseguem uma boa condição econômica, sendo obrigados a viver nas periferias das zonas urbanas, onde as condições de saneamento, já ruins, tendem a piorar com o aumento de moradores.

Nota-se aqui a importância e a necessidade de um planejamento amplo por parte do governo brasileiro, pois as soluções localizadas e *ad hoc* não são suficientes para dar uma resposta duradoura. O desenvolvimento e a superação das dificuldades no País exigem programas integrados de médio e longo prazo, que atuem de forma preventiva sobre os problemas. Para isso, o governo japonês considera que é preciso, e exige, um esforço próprio do País, ao qual está disposto a cooperar principalmente por meio de ajuda técnica.

Além das metas bilaterais, a demanda por cooperação técnica nos países em desenvolvimento tem dado à relação Brasil-Japão uma importância maior, pois os programas de treinamento desenvolvidos no País têm servido, não somente ao aperfeiçoamento de técnicos brasileiros, mas também aos de outros países da América do Sul e Central. Além desses, há ainda profissionais de países da África de língua portuguesa, como Moçambique e Angola, que têm sido treinados no Brasil.

Esse fato, entretanto, não é suficiente para alterar significativamente a política japonesa de distribuição da sua ajuda externa. A ênfase sobre os países asiáticos deverá ser mantida, conforme anunciada na “Carta da Ajuda Oficial de Desenvolvimento” do Japão, divulgada pelo governo japonês em 1992. “Historicamente, geograficamente e economicamente a Ásia é uma região ligada ao Japão, (em que) [...] há amplos segmentos da população sofrendo de pobreza. Por esta razão, a Ásia continuará sendo a região prioritária para a ajuda oficial de desenvolvimento – ODA – do Japão” (MOFA, 1992:194).

É difícil visualizar um crescimento percentual do montante da ajuda japonesa para os países da América Latina mas, com a proposta de elevação do total de recursos destinados à ajuda oficial (ODA), anunciada no quinto Plano de Médio Prazo – *Medium Term-Target* –, em meados de 1993, para algo entre 70 a 75 bilhões de dólares, distribuídos em cinco anos, a média anual da contribuição japonesa deverá elevar-se de onze bilhões para valores próximos a quinze bilhões de dólares anuais. Com isso, é possível que haja também um crescimento, em valores absolutos, do montante de recursos destinados ao Brasil. Para isso é importante que o País mantenha e estimule os canais de cooperação, aprimorando as iniciativas e ações conjuntas, conforme foi mencionado anteriormente, pois o Japão tem sido um importante parceiro nessa área e poderá tornar-se, novamente, o principal fornecedor de ajuda oficial de desenvolvimento do Brasil.

Bibliografia

- ABE, Tadahiro. "Japanese Policy Toward Official Development Assistance". *Development Discussion Paper 360 of Harvard University*, 1990. 61 p.
- AKAHA, Tsuneo. "Japan's Comprehensive Security Policy". *Asian Survey*, vol. 31 (4) Abril, 1991 pp. 324-340.
- ALLEN, George C. *A Short Economic History of Modern Japan*. Hong Kong, Macmillan, 1981. 305 p.
- ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique & AMORIM, Wellington D. "O Relacionamento Brasil-Japão". Trabalho apresentado no II Seminário Nacional dos 60 Anos de Política Externa, São Paulo, 7-9 de outubro de 1991. 38 p.
- ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique. "Perspectivas do Relacionamento entre Japão e América Latina" Trabalho apresentado no I Encontro de Estudos do Japão e Pacífico, São Paulo, 8 de novembro de 1991. 22 p.
- AMORIM, Wellington Dantas. "Contraste e Contato: Aspectos do Relacionamento Econômico entre Brasil e Japão". Brasília, Dissertação de Mestrado/UnB, 1991.
- APIC (Association for Promotion of International Cooperation). *A Guide to Japan's Aid*. Tóquio, APIC, 1992. 93 p.
- ASIA KEIZAI KENKYUJO. "Keizai Kyōryoku Handobokku 1992" *Keizai Kyōryoku Shirizu Toku 15 Gō*. Tóquio, Asia Keizai Kenkyūjo, 1993.
- BROWNE, Stephen. *Foreign Aid in Practice*. London, Pinter Reference, 1990. 281 p.
- ENSIGN, Margee M. *Doing Good or Doing Well?: Japan's Foreign Aid Program*. Oxford, Columbia University Press, 1992. 198 p.
- EPA (Economic Planning Agency). *Establishing Japan's ODA Principle: Support for Self-Help Efforts: Final Report of the Study Group for Economic Cooperation Policy*. Tóquio, 1991, 86 p.
- FARMER, Edward M. "Latin America in Japan's Foreign Aid Program". *The Pacific Review* 3(4), 1990, pp. 325-334.
- FRITSCH, Winston. "A América Latina num Mundo em Transformação" *Contexto Internacional* 13(1) janeiro/junho, 1991, pp. 7-24.
- HASEGAWA, Junichi. "Japan's Official Development Assistance and an Analysis of the Macroeconomic Effects of Aid". The Program on U.S.-Japan Relations of Harvard University (Institute of International Affairs and Reischauer Institute of Japanese Studies), 1989. 47 p.
- HASEGAWA, Sukehiro. *Japanese Foreign Aid: Policy and Practice*. New York, 1975. 170 p.
- HAWKINS, E. K. *The Principles of Development Aid*. Middlesex, Penguin Books, 1970. 152 p.
- HAYES, Louis D. *Introduction to Japanese Politics*. New York, Paragon House, 1992. p. 323.
- HEWITT, Adrian. "Japanese Aid: More than a Rising Sun". *Multinational Business* 4. Winter, 1989, pp. 18-27.
- HOLLERMAM, Leo. *Japan's Economic Strategy in Brazil: Challenge for the United States*. Toronto, Lexington, 1988. 284 p.
- INADA, Juichi. "Japan's Aid Diplomacy: Economic, Political or Strategic?" *Millennium: Journal of International Studies* 18(3), 1989, pp. 399-414.
- _____. "Japan's Aid Diplomacy: Increasing Role for Global Security". *Japan Review of International Affairs*, Spring/Summer 1988, pp. 91-112.
- ISLAM, Shafiqul (ed.). *Yen for Development: Japanese Foreign Aid and the Politics of Burden-Sharing*. New York, Council on Foreign Relations Press, 1991. 243 p.
- JICA (Japan International Cooperation Agency). Country Study for Development Assistance to The Federative Republic of Brazil: "Basic Strategy for Development Assistance". 1991. 30 p.
- JICA NEWSLETTER. New Endeavors and Great Expectations: Outline of ODA and JICA's Recent Activities. Tóquio, JICA, 1993. 9 p.

- JÔHÔ KIKAKU KENKYÛJO. *Keizai Kyōryoku. Puranto Yushutsu Benkan: 1993 Nenban*, Tóquio, Jôhō Kikaku Kenkyūjo, 1993.
- KOSAI, Yutaka & MATSUYAMA, Kenji. "Japanese Economic Cooperation". *Annals*, AAPSS 513 January, 1991. pp. 63-75
- KOSAI, Yutaka. "Reconstruction", pp. 15-92. In: *The Era of High-Speed Growth: Notes on the Postwar Japanese Economy*. Tóquio, Tokyo Press, 1986. 223 p.
- LAIS – LATIN AMERICAN INFORMATION SERVICES. *Japan Inc. in Latin America: A Status Report on Aid, Trade, Debt and Investment*. No Place, Lagniappe Letter & Lagniappe Quartely Monitor. 1990. 101 p.
- MEIER, Gerald & BALDWIN, Robert. "Capítulo 20: Política Internacional (2)", pp. 545-568. In: *Desenvolvimento Econômico: Teoria, História, Política*. São Paulo, Ed. Mestre, 1968. 766 p.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Japan's ODA: Annual Report*. Tóquio, APIC (vários exemplares).
- _____. *Diplomatic Bluebook 1990: Japan's Diplomatic Activities*. Tóquio, InfoPlus, 1993b. 498 p.
- _____. *Japan's ODA: Annual Report 1992 (Executive Summary)*. Tóquio, 1992a, 18 p.
- MOSLEY, Paul. "The Theoretical Case: Overseas Aid as a 'Public Good' ", pp. 3-17; "The International Politics of Aid", pp. 21-48. In: *Foreign Aid, its Defense and Reform*. Kentucky, Kentucky Press, 1987, 264 p.
- NAKASUMI, Tetsuo & YAMASHIRO, José. "Fim da Imigração e Consolidação da Nova Colônia Nikkei", pp. 381-458. In: *Uma Epopéia Moderna: 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil*. (Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil). São Paulo, Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. 604 p.
- NESTER, Willian. "Japan's Corporate 'Miracle': Ideals and Realities at Home and Abroad". *Asia Profile* 17(6), 1989. pp. 497-511.
- _____. "The Third World in Japanese Foreign Policy" *Millennium: Journal of International Studies* 18(3), 1989, pp. 377-398.
- NIHON GINKOU KOKUSAI KYOKU. *Kokusai Shuushi Toukei Geppo. Heisei 4 Nen 7 Gatsu. Dai 312 Gou*. Tóquio, Nihon Ginkou Kokusai Kyoku, 1992.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. "Antecedentes da Imigração Japonesa no Brasil", pp. 35-58. In: *Uma Epopéia Moderna: 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil* (Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil). São Paulo, Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992. 604 p.
- OECD (Organization for Economic Co-operation and Development) (c). *Development Co-operation. Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee*. Paris, OECD (vários exemplares).
- _____. *Aid Review 1990/91: Report by the Secretariat and Questions for the Review of Japan*. Paris, OECD, 1991a, 53 p.
- _____. *DAC. Aid Review of Japan*. Paris, OECD, 1993b. 6 p.
- OHLIN, Goran. *Foreign Aid Policies Reconsidered*. Paris, OECD, 1966. 120 p.
- ORR Jr., Robert M. "Tokyo's Aid Policy Worthy of Praise". *The Nikkei Wekkly*, 30 October, 1994, pp. 66.
- _____. *The Emergence of Japan's Aid Power*. New York, Columbia, 1990, 178 p.
- PORTO DE OLIVEIRA, Amaury . *História Recente do Oriente Remoto*. Coleção Documentos. Série Assuntos Internacionais, 21. Publicação do Instituto de Estudos Avançados. Abril de 1992, 98 p.
- _____. *O Brasil e a Ásia-Pacífico: Uma Visão Perspectiva*. Trabalho apresentado no II Seminário Nacional dos 60 Anos de Política Externa, São Paulo, 7-9 de outubro de 1991. 49 p.
- RIX, Alan. "Japan's Aid Program: A New Global Agenda". *International Development Issues* 12. Canberra, Australian Government, 1990. 59 p.
- _____. *Japan's Economic Aid*. London, Croom, 1980. 286 p.
- _____. *Japan's Foreign Aid Challenge: Policy Reform and Aid Leadership*. London, Routledge, 1993. 224 p.

- ROCKE, Nancy Ann. "Japan's Foreign Assistance: Economic Motivations or Strategic Goals?" *Pacifica* 1(2) September, 1989, pp. 45-70.
- SHIGEAKI, Fujisaki. "Environmental Issues in Developing Countries and the Role of ODA". *Japan Review of International Affairs* 7(1), Winter, 1993, pp. 68-83.
- THE JAPAN TIMES WEEKLY. "JICA Ordered to Eliminate ODA Bid-Rigging Suspicions". September 19-25, 1994, p. 3.
- TÔYÔ KEIZAI. *Kaigai Shinshutsu Kigyô Tôkan'93: Kaisha Betsuben*. Tôquio, Tôyô Keizai, 1993.
- USDIN, Steve. "Japanese ODA (Overseas Direct Assistance): Overview of 1988". *The Journal of the ACCJ* 26(1) January, 1989. pp. 65-68.
- YANAGIHARA, Toru & EMIG, Anne. "An Overview of Japan's Foreign Aid", pp. 37-69. In: *Yen for Development: Japanese Foreign Aid and The Politics of Burden-Sharing*. New York, Council on Foreign Relations Press, 1991. 243 p.
- YASUTOMO, Dennis T. "Why Aid? Japan as an Aid Great Power" *Pacific Affairs*, 1990, pp. 491-503.
- _____. *The Manner of Giving: Strategic Aid and Japanese Foreign Policy*. Toronto, Lexington Books, 1986, 147 p.
- YOSHIDA, Shigeru. *Japan's Decisive Century 1867-1967*. New York, Praeger, 1967, 110 p.
- ZHOU, Xiaoming. "Japan's Official Development Assistance Program: Pressures to Expand". *Asian Survey*, vol. 31(4) April, 1991, pp. 341-350.